

Demonstrações Financeiras Individuais

Clinipam Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda.

31 de dezembro de 2021
com relatório do auditor independente

Clinipam Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....3

Demonstrações financeiras auditadas

Balancos patrimoniais9

Demonstrações dos resultados11

Demonstrações dos resultados abrangentes12

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....13

Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto.....14

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais16

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS**

Clinipam Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2021 e 2020

	Notas	31 de dezembro de	
		2021	2020
Ativo			
Circulante		210.854.430,91	198.312.772,13
Disponível	7	12.624.606,20	21.612.517,08
Realizável		198.229.824,71	176.700.255,05
Aplicações financeiras	8	96.429.370,94	92.619.840,14
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		96.429.370,94	92.619.840,14
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	9	57.734.958,71	64.148.737,29
Contraprestações pecuniárias a receber		51.896.827,65	49.936.151,03
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis		3.807.262,65	1.304.870,02
Operadoras de planos de assistência à saúde		2.030.868,41	214.089,47
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		-	12.693.626,77
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	9	5.687,25	4.665,27
Despesas diferidas	10	5.598.683,91	9.136.184,73
Créditos tributários e previdenciários	11	813.110,05	249.814,47
Bens e títulos a receber	12	37.641.381,73	10.522.200,18
Despesas antecipadas		6.632,12	18.812,97
Não circulante		687.645.829,12	345.037.029,50
Realizável a longo prazo		155.008.194,24	78.386.413,32
Títulos e créditos a receber		975,62	2.116,64
Despesas de comercialização diferidas	10	8.396.116,75	-
Ativo fiscal diferido	13	41.269.276,88	32.555.348,92
Depósitos judiciais e fiscais	14	79.109.127,46	41.519.555,69
Outros créditos a receber a longo prazo	15	26.232.697,53	4.309.392,07
Investimentos	16	358.423.179,00	235.480.281,68
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial		358.189.590,99	235.480.281,68
Participações societárias - Operadora de planos de assistência à saúde		(34.708,75)	88.664.873,85
Participações societárias em rede assistencial		289.624.146,17	84.786.727,36
Participações em outras sociedades		68.600.153,57	62.028.680,47
Outros investimentos		233.588,01	-
Imobilizado	17	35.180.517,01	26.537.587,51
Imóveis de uso próprio		1.899.979,70	1.083.291,68
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos		1.851.561,64	1.032.196,06
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		48.418,06	51.095,62
Imobilizado de uso próprio		20.971.638,32	16.929.629,50
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos		18.229.691,38	15.008.726,12
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		2.741.946,94	1.920.903,38
Imobilizações em curso		9.965.186,77	6.143.110,50
Outras imobilizações		2.343.712,22	2.381.555,83
Intangível	18	139.033.938,87	4.632.746,97
Total do ativo		898.500.260,03	543.349.801,63

Clinipam Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2021 e 2020

	Notas	31 de dezembro de	
		2021	2020
Passivo			
Circulante		203.821.382,56	149.087.757,22
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	19	127.086.042,56	104.313.451,77
Provisão de contraprestações		19.811.282,44	16.702.686,55
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)		19.727.531,42	16.272.738,39
Provisão para remissão		83.751,02	429.948,16
Provisão de eventos a liquidar para SUS		9.322.778,65	28.423.201,23
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		58.807.067,79	37.551.921,59
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		39.144.913,68	21.635.642,40
Débitos de operações de assistência à saúde		2.089.591,66	995.902,38
Receita antecipada de contraprestações / prêmios		634.451,96	321.319,77
Comercialização sobre operações		1.455.139,70	674.582,61
Provisões		4.172.084,82	5.809.025,24
Provisões para imposto de renda e contribuição social		4.172.084,82	5.809.025,24
Tributos e encargos sociais a recolher	20	7.789.077,87	6.105.130,01
Empréstimos e financiamentos a pagar	22	121.551,17	909.544,33
Débitos diversos	21	62.563.034,48	30.954.703,49
Não circulante		171.702.382,30	99.571.395,03
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	19	47.381.975,41	28.146.422,70
Provisão para remissão		11.989,96	17.075,98
Provisão de eventos a liquidar para SUS		47.369.985,45	28.129.346,72
Provisões		49.525.951,87	29.990.004,54
Provisões para tributos diferidos	13	717.725,68	157.929,74
Provisões para ações judiciais	23	48.808.226,19	29.832.074,80
Parcelamento de tributos e contribuições		878.292,31	-
Empréstimos e financiamentos a pagar	22	-	121.551,17
Débitos diversos	21	73.916.162,71	41.313.416,62
Patrimônio líquido	24	522.976.495,17	294.690.649,38
Capital social		393.225.167,00	211.625.167,00
Reservas:		127.176.348,75	80.785.109,58
Reservas de lucros		127.470.955,37	80.785.109,58
Ajustes de Avaliação Patrimonial		2.280.372,80	2.280.372,80
Resultado líquido		-	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		898.500.260,03	543.349.801,63

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Clinipam Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Notas	31 de dezembro de	
		2021	2020
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		1.007.871.569,26	823.495.222,20
Receitas com operações de assistência à saúde		1.043.112.708,32	858.221.896,81
Contraprestações líquidas	25	1.011.933.264,74	857.361.632,93
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		31.179.443,58	860.263,88
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora		(35.241.139,06)	(34.726.674,61)
Eventos indenizáveis líquidos	26	(751.426.047,43)	(487.065.345,93)
Eventos conhecidos ou avisados		(746.277.225,70)	(485.293.465,77)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		(5.148.821,73)	(1.771.880,16)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		256.445.521,83	336.429.876,27
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		4.767.861,24	-
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora		907.479,60	178.317,28
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		233.429,23	178.317,28
Outras receitas operacionais		674.050,37	-
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		(8.314,40)	(7.737,58)
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde	27	(23.926.353,44)	(54.677.910,26)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(18.828.940,63)	(51.776.288,64)
Programa de promoção da saúde e prevenção de risco e doença		-	-
Programa de promoção da saúde e prevenção de risco e doença		-	(233.787,32)
Provisão para perdas sobre créditos		(5.097.412,81)	(2.667.834,30)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora	28	(46.504.303,93)	(4.517.433,45)
Resultado bruto		191.681.890,90	277.405.112,26
Despesas de comercialização	29	(29.463.208,26)	(17.348.608,16)
Despesas administrativas	30	(81.332.891,30)	(81.862.344,49)
Resultado financeiro líquido	31	(7.238.204,80)	3.003.671,35
Receitas financeiras		12.768.147,46	8.020.879,12
Despesas financeiras		(20.006.352,26)	(5.017.207,77)
Resultado patrimonial		(12.972.556,60)	(12.523.988,88)
Receita patrimonial		23.168.852,91	16.721.758,81
Despesa patrimonial		(36.141.409,51)	(29.245.747,69)
Resultado antes dos impostos e participações		60.675.029,94	168.673.842,08
Imposto de renda	13	(19.005.013,34)	(46.676.901,36)
Contribuição social	13	(6.850.444,80)	(16.812.324,49)
Impostos diferidos	13	8.147.563,16	5.893.892,05
Resultado líquido do exercício		42.967.134,96	111.078.508,28

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Clinipam Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Resultado líquido do exercício	42.967.134,96	111.078.508,28
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	42.967.134,96	111.078.508,28

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Clinipam Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Notas	Capital social	Reservas de lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		3.000.000,00	264.044.627,74	2.280.372,80	-	269.325.000,54
Aumento de capital		207.119.882,00	(118.619.882,00)	-	-	88.500.000,00
Aumento de capital por incorporação da Odontopam		1.505.285,00	-	-	-	1.505.285,00
Ajustes na combinação de negócios		-	-	-	(30.559.477,36)	(30.559.477,36)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	111.078.508,28	111.078.508,28
Proposta para destinação do lucro:						-
Retenção do lucro		-	80.519.030,92	-	80.519.030,92	-
Dividendos distribuídos		-	(145.158.667,08)	-	-	(145.158.667,08)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		211.625.167,00	80.785.109,58	2.280.372,80	-	294.690.649,38
Aumento de capital		181.600.000,00	-	-	-	181.600.000,00
Ajustes na combinação de negócios		-	-	-	3.718.710,83	3.718.710,83
Lucro líquido do exercício		-	-	-	42.967.134,96	42.967.134,96
Proposta para destinação do lucro:						-
Retenção do lucro do exercício		-	46.685.845,79	-	(46.685.845,79)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		393.225.167,00	127.470.955,37	2.280.372,80	-	522.976.495,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Clinipam Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa - (método direto)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	31 de dezembro de	
	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de plano de saúde	998.126.356,03	835.846.544,86
Resgates de aplicações financeiras	978.656.070,49	1.311.910.380,71
Recebimento de juros de aplicações financeiras	7.293.259,30	2.966.359,59
Outros recebimentos operacionais	37.289.867,08	4.776.651,03
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(700.357.204,64)	(516.478.285,23)
Pagamento de comissões	(34.185.528,49)	(25.709.101,36)
Pagamento de pessoal	(90.797.692,81)	(61.098.128,93)
Pagamento de serviços de terceiros	(39.760.553,38)	(28.315.893,46)
Pagamento de tributos	(89.330.716,49)	(94.382.673,79)
Pagamento de contingências (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(2.249.150,80)	(3.451.497,91)
Pagamento de aluguel	(10.610.437,85)	(10.058.527,11)
Pagamento de promoção/publicidade	(3.179.551,45)	(1.024.727,81)
Aplicações financeiras	(974.701.481,20)	(1.225.242.020,66)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	76.193.235,79	189.739.079,93
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Recebimento de venda de ativo imobilizado - outros	46.500,00	1.049.917,17
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - hospitalar	(15.923.105,43)	(8.068.774,53)
Pagamentos relativos ao ativo intangível	-	(1.991.574,39)
Outros Recebimentos das Atividades de Investimento	181.600.000,00	-
Pagamento de aquisição de participação em outras empresas	(207.137.467,20)	(133.169.378,96)
Outros pagamentos das atividades de financiamentos	-	16.239.734,61
Pagamento diferido	(46.899.585,82)	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(88.313.658,45)	(125.940.076,10)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Integralização de Capital em Dinheiro	-	88.500.000,00
Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	12.500.000,00	-
Recebimento de empréstimos/financiamentos	-	(1.034.847,17)
Pagamento de Financiamento	(909.544,36)	-
Pagamento de juros - empréstimos/financiamentos/leasing	(298.134,09)	(201.896,47)
Pagamento de Participação nos Resultados	-	(147.281.978,76)
Outros pagamentos das atividades de financiamentos	-	(575.615,84)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	11.292.321,55	(60.594.338,24)
VARIAÇÃO DE CAIXA EQUIVALENTE DE CAIXA	(828.101,11)	3.204.665,59
CAIXA - Saldo inicial	3.555.024,27	350.358,68
CAIXA - Saldo final	2.726.923,16	3.555.024,27
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(828.101,11)	3.204.665,59
Ativos livres no início do exercício	21.612.517,08	920.876,39
Ativos livres no final do exercício	12.624.606,20	21.612.517,08
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES	(8.987.910,88)	20.691.640,69

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

1. Contexto operacional

A **Clinipam Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda.** (“Operadora”), empresa controlada pelo Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda., com sede na Rua XV de Novembro, nº 575, 4º e 5º andares, Bairro Centro, Município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80020-310, tem como objeto social a exploração no ramo de: Operadora de Plano de Saúde, Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgência, Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares, Atividade médica ambulatorial restrita a consultas, Serviço de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia e Serviço de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética, Serviço de Diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos, Laboratório de análises Clínicas, Posto de coleta para exames laboratoriais e Transporte de materiais biológicos.

A Operadora é controladora direta das empresas Gralha Azul Administração e Participações Ltda., Hospital do Coração de Balneário Camboriú Ltda., Hospital Maternidade Santa Brígida S.A. e Hospital do Coração de Londrina Ltda., que são entidades de capital fechado, reguladas ou não pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e têm por objeto social a prestação de serviços hospitalares destinados a tratamentos médico-cirúrgicos em geral, odontológico e atividades afins, conexas e correlatas.

2. Reestruturação societária

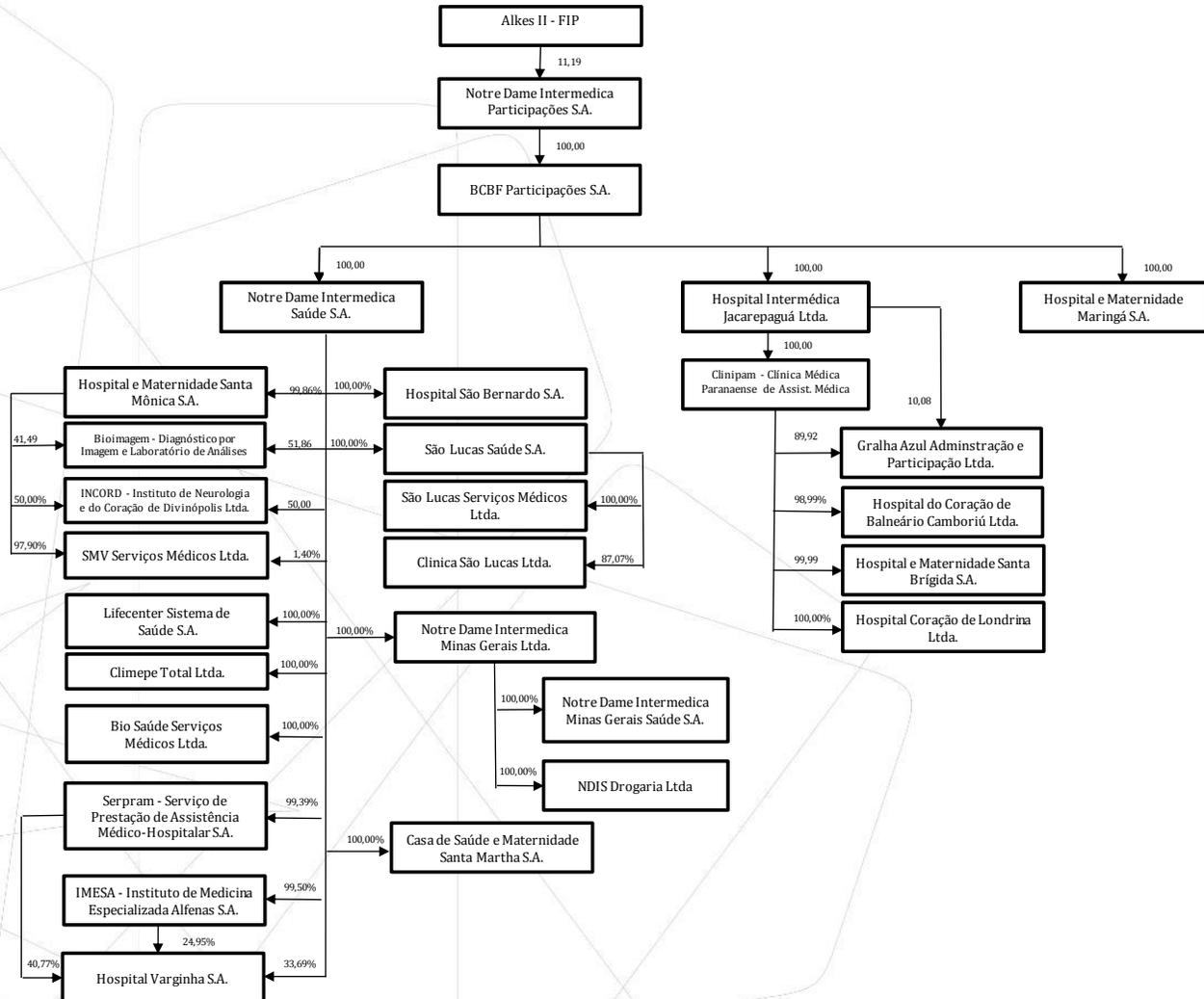
A Operadora por meio do seu plano estratégico de contínuo crescimento e expansão por meio de aquisições e reestruturação societária, com o objetivo de racionalizar e unificar as atividades administrativa, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional, realizou o seguinte evento no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

(i) *Incorporação Lifeday Planos de Saúde Ltda.*

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 1º de abril de 2021, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para incorporação da empresa Lifeday Planos de Saúde Ltda. pela Operadora. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da empresa incorporada foi emitido por empresa independente. A incorporação ocorreu em 1º de abril de 2021, com data base 31 de março de 2021. O acervo líquido base da incorporação foi no montante de R\$ 31.307

A Companhia encerrou o 31 de dezembro de 2021 com a seguinte estrutura societária:

Organograma societário em 31 de dezembro de 2021



3. Aquisição de investimentos

3.1. Aquisição Hospital do Coração de Londrina Ltda.

Em 5 de abril de 2021, a Operadora assinou o termo de fechamento do contrato de compra e venda de quotas e outras avenças do Hospital do Coração de Londrina Ltda. O valor da aquisição foi de R\$ 101.590, sendo uma parcela à vista de R\$ 70.000 e uma parcela retida no valor de R\$ 31.590, que será paga em 4 de abril de 2027, para fazer face às eventuais contingências oriundas do período que antecedeu a data do fechamento conforme determinado em cláusula contratual.

Em 10 de março de 2021, o Conselho Administrativo de Defesa Econômico (CADE), por meio do ato de concentração 08700.000292/2021-38, aprovou sem restrições a aquisição do Hospital do Coração de Londrina Ltda.

A totalidade das condições precedentes foi atingida em 5 de abril de 2021, data na qual foi formalizado o termo de fechamento da aquisição.

4. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2021 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas seguindo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa (RN) nº 435 de 23 de novembro de 2018 e alterações subsequentes.

A Administração considera que a Operadora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

De acordo com o item 4 (a) do CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, a Administração optou por não apresentar demonstrações financeiras consolidadas desta Operadora por entender que todos os requerimentos da norma, que inclui a disponibilização das demonstrações financeiras consolidadas do acionista controlador indireto BCBF Participações S.A., entidade domiciliada no Brasil, que foram divulgadas em 23 de março de 2022, de acordo com as normas brasileiras de relatório financeiro.

A Operadora ao elaborar estas demonstrações financeiras, utiliza os seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios, (ii) relevância e especificidade da informação das operações da Operadora aos usuários; e (iii) necessidades informacionais dos usuários das Demonstrações Financeiras. Assim, a Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na gestão da Operadora.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Administração 31 de março de 2022.

b) Base de mensuração

A preparação das demonstrações financeiras pressupõe a continuidade dos negócios em curso normal e foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção do que se segue:

- Ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado.
- Provisões técnicas – mensuradas de acordo com as determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

c) Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- espera-se que seja realizado, ou se pretende que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- está mantido essencialmente com propósito de ser negociado;
- espera-se que seja realizado em até 12 meses após a data do balanço; e
- caixa ou equivalentes de caixa (conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulante.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- está mantido essencialmente para finalidade de ser negociado;
- deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são contabilizados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

d) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Operadora. Todos os saldos foram apresentação em centavos, exceto quando indicado de outra forma.

e) Comparabilidade

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 estão sendo apresentadas com as informações comparativas de 31 de dezembro de 2020, conforme disposições do CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos e das normas emitidas pela ANS.

f) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir significativamente dos registrados nas demonstrações financeiras em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente;
- provisão para perdas sobre créditos;
- recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social diferidos;
- teste de redução ao valor recuperável de ativos;
- provisões técnicas; e
- provisões judiciais.

g) Pandemia Coronavírus – COVID-19

Diante do cenário atual que o mundo e nosso país atravessam por conta da pandemia do COVID-19, a Operadora procurou avaliar os possíveis impactos relevantes nas suas operações, com o objetivo de verificar os reflexos a partir das Informações Financeiras Intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2020 e divulgações futuras.

No Brasil, após a comprovação do primeiro caso de coronavírus, paralisações decorrentes do distanciamento social foram solicitadas ou impostas por autoridades governamentais ou definidas por empresas como medidas preventivas. Essas paralisações impactaram diversos segmentos da economia nacional, dentre os principais, o varejo físico e diversos segmentos da indústria, além da cadeia de serviços.

Uma vez que o processo de desaceleração ocorreu com maior intensidade a partir dos últimos 10 dias de março, não havíamos identificado nenhuma movimentação atípica nos resultados operacionais ou no fluxo de caixa do primeiro trimestre de 2020.

Porém, ao se analisar o comportamento dos principais indicadores operacionais e financeiros durante o segundo trimestre de 2020, identificamos impactos que geraram um efeito positivo nos resultados de nossas operações.

No terceiro trimestre de 2020 percebemos que os mesmos movimentos continuaram acontecendo, porém com impactos significativamente menores que os verificados no segundo trimestre, uma vez que, identificamos uma crescente tendência em direção à volta da normalidade em diversas atividades médicas.

Ao longo do quarto trimestre de 2020, com o ressurgimento de uma “segunda onda” de COVID nos principais mercados onde atuamos, vivenciamos um comportamento diferente dos pacientes, que continuaram a buscar os serviços de saúde para manutenção de seus tratamentos de rotina e/ou eletivos. Com isto, não somente os gastos com exames, mas também a procura por serviços hospitalares alcançou patamares superiores à média histórica. Esta diferença de comportamento se tornou ainda mais exacerbada durante o mês de dezembro, que historicamente possui uma sazonalidade baixa, mas que excepcionalmente em 2020, representou o mês de maior frequência de internações e procedimentos por conta da convivência dos pacientes regulares com os pacientes em tratamento de COVID.

A seguir, descreveremos os principais impactos:

Reajuste dos Planos de Saúde

De acordo com o Comunicado Nº 85, de 31 de agosto de 2020, a ANS postergou a aplicação dos reajustes dos contratos de plano de saúde para o ano de 2021. Contudo, os respectivos reajustes foram reconhecidos como “Receita” de acordo com o IFRS 15, de forma que não houve impacto no Resultado do Exercício. Esta postergação gerou um impacto no caixa da Operadora, não relevante, que será realizado ao longo do ano de 2021.

Serviços hospitalares para outros convênios:

Ao longo dos meses de outubro a dezembro de 2020, observamos um movimento menor do que o histórico nos atendimentos a pacientes de outros planos de saúde, justificada por uma estratégia de enfrentamento da pandemia que privilegiou a preservação de leitos próprios em caso de eventual necessidade de atendimento a beneficiários da Operadora. Esta queda nos atendimentos a pacientes de outros convênios permitiu a liberação de capacidade de leitos próprios de internação e, principalmente, de UTI, que foram sendo ocupados com nossos pacientes com suspeita ou confirmação de COVID.

Custos médicos de saúde e odontologia:

Utilizando-se como premissa nossos principais indicadores operacionais históricos, ajustados para a sazonalidade desta época do ano, continuamos notando uma utilização menor de nossos beneficiários nos procedimentos de odontologia.

Quanto aos atendimentos de saúde (ambulatoriais e internações), vivenciamos o retorno progressivo rumo à normalidade dos procedimentos de rotina e eletivos, que passaram a conviver com um crescente número de pacientes COVID, levando a uma maior utilização desses procedimentos quando comparado ao terceiro trimestre de 2020 e também com o mesmo período de 2019, notadamente durante o mês de dezembro de 2020.

Risco relacionado à recuperabilidade de ativos financeiros:

Com progressivo retorno à normalidade dos principais mercados financeiros globais, o impacto da marcação a mercado, principalmente de alguns fundos de investimento ANS, constituídos para fins de lastro junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar, foi sensivelmente reduzido.

Risco relacionado à recuperabilidade do ativo imobilizado/intangível:

No quarto trimestre de 2020, a Operadora contratou empresa de consultoria independente e especializada para avaliar a recuperabilidade do ativo imobilizado/intangível. O laudo emitido não apresentou indicadores de *impairment*.

Risco de perda nos estoques:

A Operadora mantém um controle muito rigoroso do giro médio dos estoques de medicamentos e dos prazos de validade. Com a redução dos serviços médicos, especialmente cirurgias, houve uma diminuição no consumo, mas não impactando na validade dos lotes. Com a retomada gradual dos serviços médicos, nossos níveis de estoque já voltaram à normalidade e não identificamos nenhuma necessidade de lançamentos para perda. O incremento no saldo de balanço dos estoques é fruto principalmente das novas operações adquiridas que trouxeram novos hospitais e também por estoques de materiais de proteção aos nossos médicos e colaboradores.

Risco de continuidade operacional:

Os primeiros meses da pandemia trouxeram muita incerteza para os principais agentes econômicos, especialmente para as empresas. Neste período que coincidiu com o segundo trimestre de 2020, notamos um movimento mais acelerado de demissões, que acabam por pressionar nossa base de pacientes ativos. Ainda assim, durante o trimestre mais crítico da pandemia, nossa base de clientes continuou a crescer graças aos esforços comerciais e concluímos o ano de 2020 com um crescimento orgânico de nossa base de clientes. Nosso faturamento e ticket médio também continuaram sua trajetória de aumento, apesar da postergação dos reajustes para pessoas físicas e clientes PME ao longo de alguns meses de 2020.

Com as medidas de flexibilização adotadas pelos governos estaduais a partir do terceiro trimestre, passamos a notar um aumento pela procura dos atendimentos ambulatoriais, que se aproximam de nossos indicadores médios históricos. Ao mesmo tempo, durante o quarto trimestre observamos um aumento progressivo nos atendimentos a pacientes portadores de sintomas do COVID-19, notadamente no mês de dezembro, em todas as praças que atuamos.

Os reais impactos dessas atuais tendências são impossíveis de serem quantificados pois vão depender não somente (i) da evolução da curva da própria doença, (ii) da velocidade de vacinação da população e das respostas às diferentes vacinas; (iii) de novos protocolos de tratamento para os pacientes com COVID que poderão demandar novas medicações, mas principalmente das medidas que vierem a ser implementadas pelos governos, que terão o condão de afetar não somente (iv) a velocidade de disseminação do vírus, mas também (v) a atividade econômica, e por consequência o emprego. E, por se tratar de uma enfermidade nova, é difícil prever com exatidão quando se dará o retorno pleno à normalidade.

Embora seja esperado que a COVID-19 continue a impactar a atividade econômica mundial e a local, até a data de divulgação destas demonstrações financeiras não identificamos um aumento na inadimplência de nossos clientes e tampouco solicitações de cancelamento ou modificações dos contratos, ainda que a manutenção do cenário macroeconômico adverso possa continuar a impactar negativamente o emprego no país, e consequentemente o número de beneficiários de saúde privada no Brasil.

Acreditamos que, por estarmos oferecendo serviços de saúde de natureza essencial, em especial em tempos de pandemia, não tivemos o impacto no risco de crédito, exceto por algumas negociações pontuais com alguns clientes, nas quais houve diferimento das mensalidades e já estão refletidas conforme nota explicativa 10.

Com relação a gestão da liquidez, a Operadora elaborou análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, inclusive os relacionados à garantia das provisões técnicas. É importante mencionar que em 31 de dezembro de 2021, nossa posição de ativos de liquidez imediata, classificados como disponível, corresponde a R\$ 12.624.606,20, conforme nota explicativa 7, enquanto nossos compromissos de endividamento possuem um prazo médio de vencimento da dívida bruta de 2 anos, conforme nota explicativa 22.

Nos primeiros meses de 2021 a Operadora iniciou um amplo programa de vacinação dos seus funcionários da linha de frente de atendimento hospitalar e ambulatorial em todas as regiões que atuamos, de acordo com as diretrizes das respectivas secretarias de saúde locais.

A extensão em que a COVID-19 afetará os negócios, a situação financeira, os resultados das operações e as perspectivas da Operadora dependerá de desenvolvimentos futuros, incertos e que não podem, por enquanto, ser razoavelmente previstos, incluindo novas informações que possam surgir sobre a evolução da COVID-19 e/ou as ações de governo e outras entidades para contê-la no Brasil. Embora não seja possível estimar razoavelmente a extensão de possíveis impactos nos negócios, condição financeira, resultados de operações e perspectivas, nossas projeções de receitas e fluxos de caixa operacionais apresentam plenas condições de continuidade das operações. A Operadora monitora continuamente a situação o mais próximo possível e estão avaliando ativamente os possíveis impactos em seus negócios e implementando medidas que mitiguem potenciais riscos existentes.

5. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras da Operadora foram as seguintes:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros afins. A Operadora considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação.

Para efeitos das demonstrações financeiras individuais, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componente de caixa e equivalente de caixa em decorrência da alta liquidez em curto espaço de tempo.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Mensuração inicial

No reconhecimento inicial a entidade mensura seus ativos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será:

- Custo amortizado

Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente à perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.

- Valor justo por meio do resultado

Os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e da perda no resultado do período.

A Operadora reconhece como ativos financeiros classificados nesta categoria: caixas e equivalentes de caixa, títulos públicos e aplicações financeiras com garantias classificadas como títulos e valores mobiliários.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. As principais mudanças na política contábil para redução ao valor recuperável estão listadas abaixo.

O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e a classificação do ativo financeiro em três estágios:

- Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito.
- Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente.
- Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio se difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) e não ao valor contábil bruto. Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

A operação principal da Operadora está predominantemente relacionada com os recebimentos das vendas de plano de saúde e odontológico e que são relacionados com seguros.

A Operadora reconhece para seus ativos classificados ao custo amortizado uma provisão referente à perda de crédito esperada. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos. Além disso, a Operadora avalia mensalmente essas variações do risco de crédito dos ativos financeiros e, caso não haja aumento significativo do risco de crédito, deverá ser reconhecida a perda de crédito para o saldo, em aberto, para os próximos 12 meses. Caso for identificado que houve aumento significativo do risco de crédito a perda é reconhecida tomando por base o montante total, em aberto, para o período total da vida do instrumento financeiro.

Para o recebimento de vendas de outros serviços hospitalares a Operadora optou por mensurar provisões para perdas pelo modelo simplificado. Para essas contas a receber de clientes, foi aplicado o (%) percentual de perdas apurado historicamente para o grupo de clientes.

Passivos financeiros

Classificação e reconhecimento inicial

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivo financeiro ao custo amortizado e acrescidos do custo de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Operadora incluem: fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, arrendamentos e debêntures.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos passivos a mensuração subsequente será:

- Custo amortizado

Os passivos classificados como custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, em que ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização.

- Valor justo por meio do resultado

Os passivos classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e da perda no resultado do período.

c) Provisão para perdas sobre créditos

A Operadora constitui provisão para perdas de recuperabilidade sobre créditos por meio da metodologia de apuração utilizada em estrito acordo com a Resolução Normativa (RN) nº 322/2013 alterado pela RN nº 472/2021.

A perda de recuperabilidade sobre créditos relacionados com planos de saúde é constituída sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos com pessoa física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica (planos coletivos e corporativos), salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração.

Para os créditos não relacionados com planos de saúde é constituída perda de recuperabilidade de créditos para os saldos vencidos acima de 90 dias, salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração.

Adicionalmente, é constituída provisão para todas as parcelas a vencer desses contratos.

d) Despesas de comercialização diferidas (DAC – Deferred Acquisition Cost)

As despesas de comercialização que se referem aos agenciamentos são diferidas e amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos e são refletidas no saldo da conta “Despesas diferidas”, de acordo com a Resolução Normativa (RN) 322/13, alterada pela RN nº 472/2021, o saldo a ser diferido está refletido nas rubricas “Despesas Diferidas” no ativo circulante, que compreende o saldo de até 12 meses. Os demais gastos com comissões são registrados como despesas de comercialização, conforme incorridos.

e) Investimento

A participação societária que a Operadora possui em suas controladas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial e está registrada na rubrica “Resultado de equivalência patrimonial” na demonstração do resultado.

f) Imobilizado

Imóveis, veículos, instalações, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

Os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear das vidas úteis estimadas dos ativos.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustado de forma prospectiva, quando for o caso.

g) Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial e, após o reconhecimento inicial, apresentados ao custo, menos amortização e/ou perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida, sendo que os ativos intangíveis com vida útil econômica definida são amortizados pelo método linear, pelas taxas mencionadas na nota explicativa 18 e avaliados por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria da despesa consistente com a sua utilização.

h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de uma determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Operadora baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com função ao ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Operadora estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução do valor recuperável do ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

i) Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas por valor recuperável.

Para fins de teste do valor recuperável (*impairment*), o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa (UGCs ou grupos de UGCs) da Operadora, que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As UGCs às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de *impairment* ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma UGC poderá apresentar *impairment*. Se o valor recuperável da UGC for menor que o valor contábil, a perda por *impairment* é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à UGC e, posteriormente, aos outros ativos da UGC, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por *impairment* de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício.

j) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Devido às atividades operacionais da Operadora certas provisões são requeridas, conforme abaixo:

- A provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA), é constituída para a cobertura de eventos ocorridos e não avisados, conforme a Resolução Normativa (RN) 209/2009, alterada pelas RNs 227/2010, 243/2010, 246/2011, 313/2012, 393/2015 e 442/2018, sendo calculada com base em nota técnica atuarial submetida à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.
- A provisão para eventos a liquidar é constituída com base nas notificações recebidas dos prestadores de serviços que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos recebidos até a data do balanço (RN 290/2012, alterada pelas RNs 322/2013 e 472/2021).
- A provisão de remissão é constituída para os beneficiários que ficaram isentos dos pagamentos das contraprestações em um determinado período conforme cobertura prevista em contrato.
- A provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS – Sistema Único de Saúde correspondente aos custos de assistência dos seus beneficiários que utilizaram a rede

de atendimento à saúde pública. As Operadoras devem registrar o ressarcimento ao SUS em sua escrituração contábil na rubrica “Sistema Único de Saúde - SUS” – em contrapartida “Provisões técnicas de operações de assistência à saúde” (registrado na rubrica “Provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS” – no passivo circulante e não circulante.

- Provisão de eventos ocorridos e não avisados no SUS – PEONA SUS – refere-se à estimativa do montante de eventos/sinistros que já tenham ocorrido na rede assistencial do Sistema SUS e que não tenham sido avisados. A Operadora efetua o provisionamento conforme as informações disponibilizadas mensalmente pela ANS (Resolução Normativa nº 442/2018, alterada conforme comunicado nº 88/ANS).
- Provisão para Insuficiência de Contraprestação – PIC – refere-se à insuficiência de contraprestação/prêmio para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer, quando constatada, conforme a Resolução Normativa RN 442/2018.

Conforme Resolução Normativa 227/2010 alterada pela Resolução 329/2013 e 392/2015, 419/16, 427/17 e 430/17, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, são estabelecidas regras para constituição de provisões técnicas. Tais regras exigem que a operadora vincule seus ativos financeiros no montante mínimo pela RN para cobrir as contraprestações.

k) Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes

A avaliação das contingências passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, é efetuada observando-se as determinações do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As provisões para riscos são constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda provável são integralmente provisionados.

Obrigações legais decorrem de discussões administrativas ou judiciais cujo objeto de contestação à sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, de acordo com a legislação aplicável.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

l) Tributos diretos

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

Os passivos de tributos correntes referentes aos exercícios correntes e anteriores são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

A Operadora adota para a apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social o Lucro Real - após o Lucro Líquido são realizados ajustes conforme legislação vigente para a determinação da Base de Cálculo do Lucro Real.

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 mil no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.

Imposto de renda e contribuição social – diferido

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios, e na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimento em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo;

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal);
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimento em Controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for

provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Ativos e passivos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de impostos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e na lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

m) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os quotistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Operadora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que são aprovados em Assembleia de quotista.

n) Reconhecimento de receitas e custos operacionais

A Operadora atua no ramo de prestação de serviços de assistência à saúde e odontológica.

Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Para este, com planos de assistência à saúde, a Operadora entende que o mesmo deve atender os requerimentos do CPC 11/IFRS 4 – Contratos de Seguros. Para os itens não enquadrados nesse pronunciamento a Operadora adota como política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47/IFRS15 – Contratos com clientes.

o) Reconhecimento de Receitas Operacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Operadora e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento é recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas de contraprestações, na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (pro rata die).

Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica “Provisões técnicas

de operações de assistência à saúde”, no subitem “Provisão de Contraprestação Não Ganha – PPCNG”, conforme destacado na nota explicativa 19, classificada no passivo circulante.

As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência.

p) Receitas de Contratos com Clientes

- Prestação de serviços

A Operadora presta serviços de assistência à saúde e odontológica por meio de seus hospitais. Esses serviços são vendidos separadamente nos contratos com os clientes. A Operadora avaliou que os serviços são satisfeitos ao longo do tempo dado que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios prestados.

I. Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas), são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

q) Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test – LAT)

O CPC 11/IFRS4 requer que as seguradoras e empresas equivalentes que emitem contratos classificados como contratos de seguro analisem os passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras por meio de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. Estimativas correntes dos fluxos de caixa consideraram todos os riscos assumidos até a data-base do teste.

Quando é identificada qualquer insuficiência, a Operadora contabiliza a perda apurada no resultado do exercício.

O teste foi efetuado considerando os segmentos de negócios adotados pela Operadora e considerou as provisões técnicas, contraprestações líquidas, despesas administrativas e de comercialização. No cálculo do valor presente dos fluxos de caixa a Operadora utilizou como referência as taxas livres de risco fornecidas por fontes oficiais.

O cálculo do LAT considerou em suas estimativas os compromissos assumidos até a data base e a liquidação desses compromissos em períodos futuros. Com base nesses dados, foram estimados os valores de passivos atuariais que foram descontados a valor presente para uma comparação com as provisões técnicas de ativos efetuadas.

O teste efetuado não apresentou insuficiência na data do balanço, portanto não houve necessidade de efetuar provisões adicionais.

6. Gerenciamentos de riscos

A Operadora opera com planos de saúde, rede próprias (hospitais e pronto atendimento) e odontológicos, destinados a uma ampla variedade de clientes corporativos, associações e clientes individuais. Os principais riscos decorrentes dos negócios da Operadora são os riscos de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela Administração.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a prejuízo financeiro. A Operadora está exposta aos riscos de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contraprestações a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos de saúde e planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Operadora monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está em acordo com a Resolução Normativa nº 435/2018 da ANS e em acordo com as deliberações do CPC 01 – Redução ao valor recuperável e do CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A Operadora procura priorizar as aplicações diretamente em títulos públicos ou aplicações de baixo risco em bancos de primeira linha, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas.

A política de aplicação exige a necessidade de alocação dos recursos em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 392/15, alterada pela RN 419/16, 427/17 e 430/17 da ANS, para a garantia das provisões técnicas.

b) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e pela manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos.

Para isso, a Operadora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

b.1 Gerenciamento do risco de liquidez

Aplicações financeiras

Em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 392/15, alterada pelas RNs nº 419/16, 427/17, 430/17 e nº 448/20 da ANS, a Operadora mantém aplicações financeiras vinculadas e lastreadas para a cobertura das Reservas técnicas no montante de R\$ 106.163.068,00 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 92.619.840,14 em 31 de dezembro de 2020).

b.2 Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A gestão de ativos e passivos é efetuada utilizando a metodologia ALM (*Assets and Liabilities Management*). Essa metodologia consiste em um processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão das estratégias de gestão de ativos e passivos com o objetivo de atingir determinado retorno com certo nível de risco.

c) Risco de seguro

O modelo de negócio da Operadora é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto a risco de seguro decorrente da flutuação dos custos de plano de saúde e odontológico, sendo que no segmento odontológico o risco é limitado à frequência de utilização e pelo baixo custo dos tratamentos realizados.

No desenvolvimento e na estruturação de plano de assistência à saúde e odontológica são levados em consideração o custo do atendimento, o modelo de atendimento que o beneficiário receberá, o modelo de adesão aos planos de assistência à saúde e odontológica, o modelo de utilização da rede própria ou contratada e os honorários pagos aos profissionais da rede credenciada.

Adicionalmente, a Operadora também analisa o risco de flutuação dos custos de assistência à saúde e odontológica e o impacto direto nos contratos com os clientes.

No gerenciamento desses riscos a Operadora monitora a sinistralidade em decorrência da utilização e eventuais deficiências são negociadas diretamente com seus clientes para que o contrato possa ser equilibrado em relação a sua rentabilidade.

d) Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

A Operadora adota a política de aplicação em títulos pós-fixados para a maior parte das aplicações.

Por meio da Resolução Normativa (RN) 392/15, alterada pela nº 419/16, 427/17 e 430/17 da ANS e em consonância com a Resolução do CMN nº 4.444 de 13 de novembro de 2015, estabelece nas operadoras de saúde a diversificação de suas aplicações para ativos dados em garantia de reservas técnicas e diante desta requisição, a Operadora optou em adicionar em seu portfólio aplicação em títulos públicos pré-fixados.

O portfólio financeiro da Operadora está em sua quase totalidade exposto à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico – Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo o restante indexado à taxa SELIC.

A composição das aplicações financeiras está demonstrada na nota explicativa 8.

A Operadora possui captação em empréstimos e financiamentos, ficando expostas a variação da taxa CDI. A composição de empréstimos e financiamentos está sendo apresentada na nota explicativa 22.

A Operadora trabalha com instituições financeiras que apresentam a seguinte classificação de *rating*:

Emissores	31 de dezembro de 2021	Rating Nacional - Longo Prazo ¹	31 de dezembro de 2020	Rating Nacional - Longo Prazo
Banco Bradesco S.A.	619.706,00	AAA(bra)	-	-
Banco Santander (Brasil) S.A.	87.169.785,00	brAAA	75.809.104,87	brAAA
Itaú Unibanco S.A.	17.956.020,00	AAA(bra)	16.810.735,27	AAA(bra)
Banco do Brasil	417.557,00	AA(bra)	-	-
	106.163.068,00		92.619.840,14	

¹ Fonte: Agências de risco Fitch Ratings (quando disponível) e Banco Santander, consultado em 23 de março de 2022.

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade a Operadora adotou taxas vigentes em datas próximas à da apresentação das referidas Informações Financeiras, utilizando para Selic e CDI a mesma taxa em decorrência da proximidade delas. Na projeção do cenário provável, para os cenários I e II estas taxas foram acrescidas e diminuídas em 25% e 50%, respectivamente.

Dessa forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro a seguir demonstra simulação do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses considerando os saldos em 31 de dezembro de 2021:

31 de dezembro de 2021

	Indexador	Risco	% - a.a.	R\$	Provável	Redução dos juros				Aumento de juros			
						Taxa	-25%	Taxa	-50%	Taxa	+25%	Taxa	+50%
Caixas e equivalentes de caixa													
CDBs	CDI	Baixa CDI	9,52%	417.557,00	39.751,00	7,14%	29.814,00	4,76%	19.876,00	11,90%	49.689,00	14,28%	59.627,00
Fundo de renda fixa abertos	CDI	Baixa CDI	9,52%	9.316.140,00	886.897,00	7,14%	665.172,00	4,76%	443.448,00	11,90%	1.108.621,00	14,28%	1.330.345,00
				9.733.697,00	926.648,00		694.985,75		463.323,50		1.158.310,00		1.389.972,00
Aplicações financeiras													
Fundo de renda fixa abertos	CDI	Baixa CDI	9,52%	96.429.371,00	9.180.076,00	7,14%	6.885.057,00	4,76%	4.590.038,00	11,90%	11.475.095,00	14,28%	13.770.114,00
				96.429.371,00	9.180.076,00		6.885.057,00		4.590.038,00		11.475.095,00		13.770.114,00
Empréstimos e financiamentos													
Leasing	CDI	Alta CDI	9,52%	(122)	(12,00)	7,14%	(9,00)	4,76%	(6,00)	11,90%	(15,00)	14,28%	(17,00)
				(122,00)	(12,00)		(9,00)		(6,00)		(15,00)		(17,00)
Obrigações Contratuais													
Obrigações Contratuais	100% CDI		9,52%	(51.778,00)	(4.929,00)	7,14%	(3.697,00)	4,76%	(2.465,00)	11,90%	(6.162,00)	14,28%	(7.394,00)
Obrigações Contratuais	IPCA		4,90%	(19.702,00)	(965,00)	3,68%	(724,00)	2,45%	(483,00)	6,13%	(1.207,00)	7,35%	(1.448,00)
				(71.480)	(5.894)		(4.421,00)		(2.948,00)		(7.369,00)		(8.842,00)
				106.091.466	10.100.818		7.575.613		5.050.408		12.626.021		15.151.227

7. Disponível

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Caixa e bancos	2.890.909,11	3.713.850,42
Aplicações de liquidez imediata ¹	9.733.697,09	17.898.666,66
	12.624.606,20	21.612.517,08

¹ As aplicações financeiras de liquidez imediata têm conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, e a Operadora têm o direito de resgate imediato.

8. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

Valor justo por meio do resultado	Níveis	31 de dezembro de				
		2021		2020		
		Vencimentos				
		Até 1 ano	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Fundo de renda fixa abertos (iv)	2	96.429.370,94	96.429.370,94	6.429.370,94	92.619.840,14	92.619.840,14
		96.429.370,94	96.429.370,94	96.429.370,94	92.619.840,14	92.619.840,14

- (i) A Operadora adota como política realizar aplicações em títulos majoritariamente pós-fixados de emissão de instituições financeiras em Certificados de Depósito Bancário – CDBs (Nível 2).
- (ii) Os fundos são administrados pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e XP Investimentos (Nível 2).

As aplicações têm remuneração diária vinculadas às taxas CDI e Selic, com vencimentos variáveis até setembro de 2022.

As aplicações estão classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. Independentemente do vencimento, a Operadora contabiliza as aplicações financeiras no ativo circulante.

9. Créditos de operações com planos de assistência à saúde e Créditos de operações de assistência à saúde não relacionado com Planos de Saúde da Operadora.

O saldo de contas a receber de clientes se refere as operações relacionados com plano de saúde e de serviços relacionados a assistência à saúde, gerados pelas operações da Operadora.

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	71.646.603,07	70.698.847,95
(-) Provisão para perdas sobre crédito	(13.911.644,36)	(6.764.200,13)
Corresponsabilidade Assumida		214.089,47
	57.734.958,71	64.148.737,29

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	5.687,25	4.665,27
	5.687,25	4.665,27

Em decorrência da pandemia COVID-19, conforme divulgado em site da rede de internet pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em 08 de outubro de 2020 e pelo comunicado nº 85, a Agência Nacional de Saúde Suplementar efetuou a suspensão do reajuste de plano de saúde.

Esta suspensão abrangeu os planos contratados por pessoas físicas, onde a ANS divulga anualmente o percentual máximo de reajustes que será praticado pelas operadoras de saúde a esta modalidade.

Os planos contratados pelas médias e pequenas empresas (PME) e por adesão através de entidades de classes e outros, também tiveram a suspensão do reajuste dos contratos, sendo que essa cobrança efetivada será realizada ao cliente ao longo do exercício 2021, conforme orientações da ANS. O percentual do reajuste é mensurável e aplicável na data do aniversário do contrato, portanto, sendo foi aprovado pelos Órgãos reguladores o reconhecimento desta receita. A Operadora efetuou o reconhecimento no último trimestre da receita, liquida de provisão para perda histórica.

10. Despesas diferidas e despesas de comercialização diferidas

A Operadora a partir do exercício de 2021 iniciou a contabilização da comissão diferida de acordo com a Resolução Normativa (RN) 322/13, alterada pela RN nº 435/2018. Em 31 de dezembro de 2021, as despesas de comercialização diferidas estão compostas da seguinte forma:

	31 de dezembro de
	2021
Saldo inicial do exercício	9.136.184,73
Saldo incorporado	214.564,74
Constituições	9.140.800,03
(-) Amortização	(4.496.748,84)
Saldo no final do exercício	13.994.800,66
Ativo circulante	5.598.683,91
Ativo não circulante	8.396.116,75

11. Créditos tributários e previdenciários

Os créditos tributários e previdenciários estão compostos da seguinte forma:

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Contribuição social sobre o lucro	3.654,37	3.203,05
Imposto de renda retido na fonte	809.320,89	239.282,41
Crédito ISS	134,79	7.329,01
Créditos tributários e previdenciários	813.110,05	249.814,47

12. Bens e títulos a receber

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Estoques (a)	17.530.543,88	4.327.956,05
Adiantamento a funcionários	516.678,24	596.263,02
Adiantamento a fornecedores	17.974.628,77	4.506.284,20
Contas a receber c/partes relacionadas	-	138.804,26
Outros títulos a receber	1.619.530,84	952.892,65
	37.641.381,73	10.522.200,18

a) Estoques

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Material cirúrgico	-	2.410.169,87
Medicamentos	16.026.269,28	3.432.911,50
Material de escritório	126.911,29	256.205,66
Material de limpeza	52.416,87	15.633,53
Material de cozinha	1.010,58	-
Material de manutenção	32.712,25	33.165,29
Material gráfico	158.207,54	-
Material para SND	7.015,94	3.618,19
Uniformes	-	84.171,09
Outros	1.126.000,13	376,43
(-) Provisão para perdas	-	(1.908.295,51)
	17.530.543,88	4.327.956,05

13. Ativo fiscal diferido e provisão para tributos diferidos

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	Reconhecido na demonstração do resultado	Incorporação
<u>Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de:</u>				
Provisões para ações judiciais (Contingência cíveis, fiscais e trabalhistas)	7.979.709,51	13.734.830,82	5.614.245,18	140.876,13
Provisão para perdas sobre crédito (PPSC)	2.299.828,04	4.729.959,08	2.430.131,04	-
Provisão de eventos do SUS	19.227.866,30	19.188.716,74	(64.397,76)	25.248,20
Provisão infrações ANS	1.914.321,45	2.008.868,65	54.060,00	40.487,20
Outras adições	1.133.623,61	1.606.901,57	473.277,96	-
Ativo fiscal diferido	32.555.348,92	41.269.276,87	8.507.316,42	206.611,53
<u>Débitos tributários passivos sobre diferenças temporárias originárias de:</u>				
Correção monetária de depósito judiciais	(157.929,74)	(712.314,97)	(554.385,23)	-
Passivo Diferido - Conting indenizatório	(200.042,67)	(5.410,71)	194.631,96	-
Provisão para tributos diferidos	(357.972,41)	(717.725,68)	(359.753,27)	-
Total do imposto diferido líquido (ativo e passivo)	32.197.376,51	40.551.551,19	8.147.563,14	206.611,53

(*) Crédito fiscal referente a incorporação das empresas.

Os tributos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que essas sejam liquidadas ou realizadas em um prazo não superior a 10 anos. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é impreciso e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração. Com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, a expectativa da Administração para a realização dos créditos tributários está apresentada a seguir:

Exercício	Valor de realização
2022	4.126.927,68
2023	4.126.927,68
2024	4.126.927,68
2025	4.126.927,69
2026	4.126.927,69
2027	4.126.927,69
2028	4.126.927,69
2029	4.126.927,69
2030	4.126.927,69
2031	4.126.927,69
	41.269.276,87

A despesa com tributos incidentes sobre o lucro do período é demonstrada como segue:

	31 de dezembro de 2021
Lucro antes dos impostos	60.675.029,94
À alíquota fiscal de 34%	(20.629.510,00)
Equivalência patrimonial	(3.955.023,81)
Depreciações e amortizações	907.379,13
Despesas indedutíveis	(1.827.684,48)
Outras exclusões (adições) permanentes	7.796.944,33
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentada na demonstração do resultado	(17.707.894,83)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes	(25.855.458,15)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - diferidos	8.147.563,14
À alíquota efetiva	29%

14. Depósitos judiciais e fiscais

Destacamos a seguir a origem para a Operadora efetuar os depósitos judiciais:

	31 de dezembro de 2020	Incorporação	Adições/Baixas Depositos	Atualização	31 de dezembro de 2021
Fiscais	10.161.088,13	-	17.955.294,56	1.630.544,82	29.746.927,51
Trabalhista	136.869,97	-	140.315,59	-	277.185,56
Regulatórios / Cíveis	1.387.495,28	15.567,12	286.366,23	25.600,31	1.715.028,94
Depósitos judiciais – SUS	29.834.102,31	-	17.535.883,14	-	47.369.985,45
	41.519.555,69	15.567,12	35.917.859,52	1.656.145,13	79.109.127,46

Fiscais – conforme apresentado na nota explicativa 23, a Operadora possui discussões processuais e aguarda decisão judicial e administrativa. A Operadora conforme orientação de seus advogados, efetuaram depósitos judiciais e aguarda a conclusão da lide;

Trabalhistas – depósitos efetuados pela Operadora para fazer frente a questionamentos de contingências, conforme apresentado na nota explicativa 23, com natureza reclamatória trabalhista, danos morais, ações coletivas e cível pública.

Regulatórios/Cíveis – corresponde a depósitos judiciais e tem como natureza a cobrança indenizatória, obrigação de fazer, revisional, inexigibilidade de débito e execução declaratória. O registro das contingências regulatórias/cíveis apresentadas na nota explicativa 23 está relacionado a estes depósitos.

Depósitos judiciais – SUS – A Operadora questiona judicialmente os valores cobrados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS a título de “Ressarcimento ao SUS”, que trata o artigo 32 da Lei nº 9.656/98. A Operadora não atribuiu prognóstico de risco por se tratar de garantia da efetivação da tutela jurisdicional.

15. Outros créditos a receber de longo prazo

Conforme instrumento particular de compra de venda de ações e outras avenças ficaram definidos que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato seriam de responsabilidade dos antigos quotistas e, portanto, estes valores seriam reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar no montante de R\$ 26.232.697,53.

16. Investimentos

a) A movimentação do investimento na Operadora ocorreu da seguinte forma:

Controladas	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Incorporação no período	Alteração na participação societária		Aumento de capital	Equivalência patrimonial do período	Efeito líquido da combinação de negócios ¹	Equivalência patrimonial do período - Total	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2021
			Aquisição de controladas							
Lifeday Planos de Saúde Ltda.	78.492.377,40	31.277.021,00	-	(96.658.031,61)	24.000.000,00	(17.705.976,25)	(19.440.099,29)	(37.146.075,54)	-	(34.708,75)
Subtotal - Participações societárias em operadoras de saúde	78.492.377,40	31.277.021,00	-	(96.658.031,61)	24.000.000,00	(17.705.976,25)	(19.440.099,29)	(37.146.075,54)		(34.708,75)
Hospital do Coração Camboriú Ltda	56.120.757,18	-	-	(373.971,14)	26.108.100,00	4.699.009,22	(802.690,65)	3.896.318,57	-	85.751.204,61
Hospital e Maternidade Santa Brigida	28.665.970,18	-	(270.623,35)	12.653.358,36	5.700.000,00	(3.495.263,19)	1.728.544,19	(1.766.719,00)	-	44.981.986,19
Hospital do Coração de Londrina	-	-	-	87.346.161,34	62.800.000,00	750.821,21	7.993.972,82	8.744.794,03	-	158.890.955,37
Subtotal - Participações societárias em rede assistencial	84.786.727,37	-	(270.623,35)	99.625.548,56	94.608.100,00	1.954.567,24	8.919.826,36	10.874.393,60	-	289.624.146,18
Gralha Azul Participações Ltda.	62.028.680,47	-	(1.000,00)	0,00	-	6.572.473,10	-	6.572.473,10	-	68.600.153,57
Outros	-	197.543,02	-	-	-	-	-	-	36.044,99	233.588,01
Subtotal Participações em outras sociedades	62.028.680,47	197.543,02	(1.000,00)	0,00	-	6.572.473,10	-	6.572.473,10	36.044,99	68.833.741,58
Total	225.307.785,23	31.474.564,02	(271.623,35)	2.967.516,95	118.608.100,00	(9.178.935,91)	(10.520.272,93)	(19.699.208,84)	36.044,99	358.423.179,00

b) O sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado das controladas diretas estão a seguir:

Controladas	Partic. Societária	Ativo	Passivo	31 de dezembro de 2021	
				Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Rede Assistencial					
Hospital do Coração Camboriú Ltda	98,99%	55.858.232,02	16.806.948,34	39.051.283,68	4.750.515,86
Hospital e Maternidade Santa Brigida	97,02%	40.482.550,93	18.053.099,65	22.429.451,28	3.506.675,47
Hospital do Coração de Londrina	100,00%	119.205.083,62	165.177.457,52	45.972.373,90	966.096,31
Outras sociedades					
Gralha Azul Participações Ltda.	89,92%	80.836.373,33	4.546.166,96	76.290.206,37	7.309.245,00
Outros					

17. Imobilizado

	Vida útil	Taxa anual de depreciação - %a.a.	31 de dezembro de 2020	Incorporação	Adquiridas	Aquisições	Baixas	Depreciações	31 de dezembro de 2021
Terrenos e imóveis	25 a 50 anos	2%	1.933.816,21	-	-	-	-	(33.836,54)	1.899.979,67
Veículos	1 a 10 anos	2%	49.963,33	-	-	-	(2.082,25)	(10.658,16)	37.222,92
Instalações	5 a 10 anos	14%	930.750,84	(1.265,37)	30.457,92	3.220.437,95	-	(261.866,62)	3.918.514,72
Máquinas e equipamentos	1 a 25 anos	14%	10.839.454,15	11.708,00	61.701,58	2.977.291,29	-	(3.096.153,12)	10.794.001,90
Móveis e utensílios	1 a 15 anos	10%	2.409.827,69	27.557,12	(27.860,93)	986.794,73	-	(296.234,96)	3.100.083,65
Equipamentos de computação	5 a 15 anos	25%	1.849.108,96	76.566,73	(30.124,23)	2.122.981,10	-	(896.716,25)	3.121.816,31
Imobilizações em curso	-	-	2.053.050,48	-	-	-	-	-	2.053.050,48
Benfeitorias em imóveis de terceiro	-	-	6.471.615,85	-	-	5.110.611,14	(530.650,10)	(795.728,38)	10.255.848,51
			26.537.587,51	114.566,47	34.174,34	14.418.116,21	(532.732,35)	(5.391.194,03)	35.180.518,15

	Vida útil	Taxa anual de depreciação - %a.a.	31 de dezembro de 2019	Incorporação	Aquisições	Baixas	Depreciações	31 de dezembro de 2020
Terrenos e imóveis	25 a 50 anos	2%	10.274.738,16	-	1.393.385,95	(9.703.291,12)	(31.016,78)	1.933.816,21
Veículos	1 a 10 anos	2%	1.015.380,12	4.457,31	-	(919.961,55)	(49.912,55)	49.963,33
Instalações	5 a 10 anos	14%	940.603,47	123.469,10	38.447,83	(44.982,76)	(126.786,80)	930.750,84
Máquinas e equipamentos	1 a 25 anos	14%	8.284.298,98	4.719.765,58	1.266.389,54	(633.461,40)	(2.797.538,55)	10.839.454,15
Móveis e utensílios	1 a 15 anos	10%	2.015.005,28	696.425,01	210.570,66	(333.150,61)	(179.022,65)	2.409.827,69
Equipamentos de computação	5 a 15 anos	25%	2.861.523,12	291.233,51	881.786,43	(550.217,23)	(1.635.216,87)	1.849.108,96
Imobilizações em curso	-	-	4.989.932,41	-	-	(2.285.946,56)	(650.935,37)	2.053.050,48
Benfeitorias em imóveis de terceiro	-	-	-	629.476,20	5.944.941,38	(43.932,31)	(58.869,42)	6.471.615,85
			30.381.481,54	6.464.826,71	9.735.521,79	(14.514.943,54)	(5.529.298,99)	26.537.587,51

Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas, no mínimo anuais, sobre a deterioração de ativos (“*impairment*”). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não havia indicadores de *impairment* sobre o imobilizado.

A Administração não identificou eventos ou circunstâncias que requerem modificação nas estimativas de vida útil econômica para os itens apresentados no ativo imobilizado das demais empresas do grupo.

18. Intangível

		31 de dezembro de 2020	Ajuste adquiridas	Aquisições	Incorporação	Baixas	Amortização	31 de dezembro de 2021
Aquisição carteira plano saúde	Vida útil (a)	2.658.672,01	5.540.864,00	-	18.828.387,26	(1.393.155,14)	(3.538.857,31)	22.095.910,82
Sistema de computadores	20% a.a.	1.974.074,98	-	2.248.293,79	-	-	(420.777,00)	3.801.591,77
Ágio adquirido de combinação de negócios	Indefinida (b)	-	-	-	113.136.436,30	-	-	113.136.436,30
		4.632.746,99	5.540.864,00	2.248.293,79	131.964.823,56	(1.393.155,14)	(3.959.634,31)	139.033.938,89

		31 de dezembro de 2019	Aquisições	Incorporação	Baixas	Amortização	31 de dezembro de 2020
Aquisição carteira plano saúde	Vida útil (a)	4.577.944,69	-	-	(199.446,13)	1.719.826,55	2.658.672,01
Sistema de computadores	20% a.a.	136.495,51	1.955.401,93	65.694,28	-	183.516,74	1.974.074,98
		4.714.440,20	1.955.401,93	65.694,28	- 199.446,13	1.903.343,29	4.632.746,99

Os ativos intangíveis estão sujeitos a análises periódicas, no mínimo anuais, sobre o seu valor de recuperação (“*impairment*”). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não havia indicadores de *impairment* sobre o intangível.

A Administração não identificou eventos ou circunstâncias que requerem modificação nas estimativas de vida útil econômica para os itens apresentados no ativo intangível das demais empresas do grupo.

19. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para SUS (a)	56.692.764,10	56.552.547,95
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	58.807.067,79	37.551.921,59
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) (b)	39.144.913,68	21.635.642,40
Provisão de prêmio / contraprestação não ganha (PPCNG) (c)	19.727.531,42	16.272.738,39
Provisão para remissão (d)	95.740,98	447.024,14
	174.468.017,97	132.459.874,47
Circulante	127.086.042,56	104.313.451,77
Não circulante	47.381.975,41	28.146.422,70

a) Provisão de eventos / sinistro a liquidar para o SUS

Em 3 de junho de 1998, o Governo Federal promulgou a Lei nº 9.656, a qual prevê, em seu art. 32, o ressarcimento ao SUS pelos serviços de atendimento à saúde prestados por instituições integrantes do Sistema Único de Saúde aos beneficiários de planos de saúde privados. A Operadora contesta as cobranças na esfera administrativa e judicial em razão de inúmeras irregularidades que impossibilitam a sua efetividade, dentre elas a falta de regulamentação sobre temas infraconstitucionais. Para tais demandas judiciais, a Operadora efetua depósitos judiciais para garantir o suposto débito, conforme descrito na nota explicativa 14.

b) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

Classificado no passivo circulante, é apurado por meio de estudo atuarial (Nota Técnica) e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorridos, mas que não tenham sido notificados a Operadora.

c) Provisão de prêmios e contraprestações não ganhas (PPCNG)

Classificadas no passivo circulante, consiste em receitas pertinentes a períodos de cobertura de meses posteriores.

d) Provisão para remissão

Classificada no passivo circulante e não circulante, consiste em provisões para fazer face à isenção de contraprestações pelos beneficiários, conforme o contrato.

20. Tributos e encargos sociais a recolher

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Imposto sobre serviços (ISS)	1.669.059,61	620.784,58
Contribuição previdenciária	1.699.087,37	1.730.436,30
FGTS	546.721,67	534.887,69
PIS e COFINS	1.065.592,76	1.294.004,59
Contribuições sindicais e assistenciais	14.096,60	11.769,16
Parcelamento de tributos e contribuições	341.880,96	-
Impostos devidos a recolher	5.336.438,97	4.191.882,32
Imposto de renda - funcionários	535.543,96	312.052,54
Imposto de renda - terceiros	538.107,59	383.731,19
Imposto sobre serviços	75.900,28	74.101,49
Contribuição previdenciária retida	107.733,60	59.695,20
Retenção PIS/COFINS/CSLL	1.195.353,47	1.083.667,27
Impostos retidos a recolher	2.452.638,90	1.913.248,69
Circulante	7.789.077,87	6.105.130,01
Parcelamento impostos, multas e taxas	878.292,31	-
Não Circulante	878.292,31	-
	8.667.370,18	6.105.130,01

21. Débitos diversos

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Obrigações trabalhistas	9.921.885,29	6.807.959,35
Fornecedores	12.504.429,92	13.602.983,65
Recebimento antecipado cliente	501.591,29	224.610,02
Débitos diversos	15.606.572,55	119.150,43
Obrigações contratuais (a)	23.828.555,39	10.000.000,00
Adiantamento parceria banco	200.000,04	200.000,04
Total circulante	62.563.034,48	30.954.703,49
Obrigações contratuais (a)	60.151.680,26	30.139.510,26
Provisões para plano de benefícios com empregados	477.860,53	651.584,09
Adiantamento parceria banco	150.000,00	350.000,07
Outros	-	-174,25
Total não circulante	73.916.162,71	31.140.920,17
	136.479.197,19	62.095.623,66

(a) Obrigações contratuais

Refere-se a obrigações contratuais nas aquisições de empresas, e transações com partes relacionadas, como demonstrado abaixo:

	Indexador	Vencimento	31 de dezembro de
			2021
Hospital Camboriú	100% do CDI	abr-26	12.727.538,98
Hospital Santa Brigida	100% do CDI	out-26	10.707.934,89
Lifeday	IPCA	out-26	19.701.880,85
Hospital de Londrina	100% do CDI	abr-27	28.342.880,93
			71.480.235,65

22. Empréstimos e financiamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2021, os principais contratos de empréstimos e financiamentos eram compostos como segue:

Linha de crédito	Instituição financeira	Indexador	Vencimento	Amortização	Juros a.a (%)	31 de dezembro de	
						2021	2020
						Valor	Valor
Leasing	Santander	CDI	23/08/2018 a 23/07/2021	Mensal	12,82%	-	164.192,77
Leasing	Santander	CDI	10/09/2018 a 10/08/2021	Mensal	12,82%	-	16.044,48
Leasing	Santander	CDI	15/03/2019 a 15/02/2022	Mensal	11,46%	7.866,00	55.061,99
Leasing	Santander	CDI	26/03/2019 a 26/02/2022	Mensal	11,46%	113.685,17	795.796,26
						121.551,17	1.031.095,50
Circulante Não circulante						121.551,17	909.544,33
						-	121.551,17

A Operadora entende que os empréstimos e financiamentos estão registrados próximo ao seu valor justo, classificado como nível 2.

23. Provisões para ações judiciais e fiscais

Durante o curso normal de seus negócios, a Operadora fica exposta a certas contingências e certos riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, regulatórios/cíveis e tributários com base na opinião dos consultores jurídicos da Operadora.

Para as contingências consideradas provável, e, também, independentemente do prognóstico de perda, todos os processos cuja lide enseja obrigação originada em lei, são apresentados como segue:

	31 de dezembro de 2020	Saldo incorporado	Principal / (reversão)	Pagamentos	Atualização	31 de dezembro de 2021
Fiscais	18.151.246,59	-	15.038.672,19	-	3.146.788,60	36.336.707,38
Trabalhista	1.002.145,00	126.497,04	101.974,23	(287,52)	126.124,97	1.356.453,72
Regulatórios / Cíveis	10.678.683,21	749.893,56	(241.874,12)	(846.037,66)	774.400,10	11.115.065,09
	29.832.074,80	876.390,60	14.898.772,30	(846.325,18)	4.047.313,67	48.808.226,19

Em 31 de dezembro de 2021, a Operadora apresentou outras ações de naturezas regulatórias/cíveis, trabalhistas e tributárias no montante total reclamado de R\$ 89.174.096,87 (R\$ 44.321.256,08 em 31 de dezembro de 2020), que, de acordo com consultores jurídicos, apresentam probabilidades de perda possível, motivo pelo qual não foram provisionadas.

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Trabalhistas	3.445.400,48	5.288.959,87
Cíveis	66.477.085,22	39.032.296,21
Tributárias	19.251.611,17	-
	89.174.096,87	44.321.256,08

As principais causas de natureza cível e trabalhista classificadas como possíveis, são apresentadas a seguir:

Trabalhistas e Regulatórios/Cíveis

Em linhas gerais a natureza desses processos são os mesmos detalhados acima. A Operadora mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social é de R\$ 393.225.167,00 (R\$ 211.625.167,00 em 31 de dezembro de 2020), totalmente subscrito e integralizado.

b) Reservas de lucros

Correspondem à parcela do lucro líquido remanescente, após as deduções legais com o propósito de manutenção do capital de giro ou de futura deliberação dos quotistas.

c) Destinação do lucro

Em decorrência da alteração de controle foi aprovado pela administração da Operadora a distribuição dos lucros para os antigos proprietários no montante de R\$ 145.158.667,08 em 06 de fevereiro de 2020.

d) Margem de solvência

Para operar no mercado de planos de saúde regulado pela ANS, a Operadora deve manter o patrimônio líquido ajustado para fins econômicos, conforme estabelecido pela RN no 451/2020. O patrimônio líquido ajustado representa o valor mínimo de patrimônio líquido menos ativos intangíveis não circulantes, créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, despesas de vendas diferidas e despesas antecipadas. Mensalmente, a Companhia determina o patrimônio líquido ajustado e avalia a suficiência da margem de solvência, de acordo com a regulamentação da ANS.

A margem de solvência é a regra de capital que define um montante variável a ser observado em função do volume de contraprestações e eventos indenizáveis aferidos pela operadora.

A Companhia atingiu suficiência desse requisito em todos os períodos apresentados, conforme apresentada na tabela comparativa a seguir:

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Patrimônio líquido	522.976.495,17	294.690.649,38
(-) Participações societárias em operadoras de planos de saúde	34.708,75	(78.492.377,40)
(-) Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais	-	-
(-) Despesas de comercialização diferida	(13.994.800,66)	(9.136.184,73)
(-) Despesas antecipadas	(6.632,12)	(18.812,97)
(-) Ativo não circulante intangível	(139.033.938,87)	(4.632.746,97)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	369.975.832,27	202.410.527
Margem de solvência (MS)		
a) 0,20 vezes a soma das contraprestações pecuniárias dos últimos 12 meses	188.122.223,00	170.708.276,54
b) 0,33 vezes a média dos eventos indenizáveis (média anual) dos últimos 36 meses	103.853.193,02	160.536.826,55
Margem de solvência 75% = (maior valor entre (a) e (b))	188.122.223,00	170.708.276,54
% Fixo para CBR	75%	75%
Margem de Solvência Exigência	141.091.667,25	128.031.207,41
Suficiência total (PLA – MS)	228.884.165,02	74.379.319,90

	31 de dezembro de	
	2020	2019
Patrimônio líquido	294.690.649,38	269.325.000,54
Deduções:	(92.280.122,07)	(4.750.488,68)
(-) Despesa de comercialização diferida	(9.136.184,73)	-
(-) Participações em entidades reguladas	(78.492.377,40)	-
(-) Ativo não circulante intangível	(4.632.746,97)	(4.714.440,20)
(-) Despesas antecipadas	(18.812,97)	(36.048,48)
Patrimônio mínimo ajustado	202.410.527	264.574.512
a) 0,20 média dos prêmios retidos dos últimos 12 meses	170.708.276,54	141.070.194,25
b) 0,33 média dos sinistros retidos dos últimos 36 meses	160.536.826,55	147.522.320,91
Margem de solvência (maior entre (a) e (b))	170.708.276,54	147.522.320,91
% Fixo para CBR	75%	
Margem de Solvência Exigida	128.031.207,41	
Margem de solvência - suficiência de capital	74.379.319,90	117.052.190,95

25. Contraprestações líquidas

a) Contraprestações

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Contraprestações emitidas de assistência à saúde	1.007.685.358,31	850.095.124,43
Contraprestações emitidas de assistência odontológica	-	1.671.623,05
Contraprestações canceladas	19.048,07	-
Contraprestações de assistência à saúde – assumidas	4.228.858,36	5.594.885,45
	1.011.933.264,74	857.361.632,93

26. Eventos indenizáveis líquidos

a) Eventos indenizáveis

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Eventos conhecidos ou avisados	(822.443.562,79)	(535.669.747,00)
Avisos recebidos do SUS	(82.138,00)	(5.185.579,72)
Depreciações e amortizações	(142.637,21)	-
(-) Recuperação de eventos indenizáveis	76.391.112,57	56.331.090,08
Corresponsabilidade assumida	-	(769.229,13)
Varição da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(5.148.822,00)	(1.771.880,16)
	(751.426.047,43)	(487.065.345,93)

b) Corresponsabilidades

A Agência Nacional de Saúde (ANS), publicou a RN 446/19 em 01 de novembro de 2019, que altera o capítulo V da RN 435/2018, que dispõe sobre a divulgação do reconhecimento dos valores em Corresponsabilidade transferida e assumida nos exercícios findos em 2021 e 2020.

EVENTOS/ SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE MÉDICO HOSPITALAR (grupo 411X1)	Carteira Própria (beneficiários da operadora)		Corresponsabilidade Assumida (beneficiários de outras operadoras)	
	2021	2020	2021	2020
1 - Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido	743.988.607,88	484.499.147,32	1.136.507,16	455.306,95
1.1 - Planos Individuais/Familiares antes da Lei	5.384.718,37	10.454.903,54	-	-
1.2 - Planos Individuais/Familiares depois da Lei	300.234.992,39	221.888.653,63	-	-
1.3 - Planos Coletivos por adesão antes da Lei	2.298.347,13	1.716.396,34	-	-
1.4 - Planos Coletivos por adesão depois da Lei	26.886.176,43	14.411.845,06	-	-
1.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	2.186.251,07	1.775.506,10	-	-
1.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	406.998.122,49	234.251.842,65	1.136.507,16	455.306,95
2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido	-	-	-	313.922,18
2.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	-	-	-	313.922,18
Total	743.988.607,88	484.499.147,32	1.136.507,16	769.229,13

c) Abertura dos eventos

Abertura de eventos indenizáveis de acordo com a natureza dos planos: (Preenchido com valores líquidos de Glosas, Recuperação por Co-Participação e Outras Recuperações).

DESCRIÇÃO	INDIVIDUAL/FAMILIAR		COLETIVO EMPRESARIAL		COLETIVO POR ADESÃO		TOTAL	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Contraprestações líquidas	486.465.079,44	468.781.687,87	488.695.123,90	358.042.185,96	36.773.061,40	24.942.873,65	1.011.933.264,74	851.766.747,48
RECEITA LÍQUIDA	486.465.079,44	468.781.687,87	488.695.123,90	358.042.185,96	36.773.061,40	24.942.873,65	1.011.933.264,74	851.766.747,48
Eventos indenizáveis (*)	(305.610.025,21)	(232.343.557,17)	(411.366.700,35)	(236.027.348,75)	(29.300.500,14)	(16.128.241,40)	(746.277.225,70)	(484.499.147,32)
Consultas médicas	(43.033.159,50)	(42.583.857,08)	(67.017.450,70)	(41.847.222,23)	(2.897.321,55)	(1.873.964,01)	(112.947.931,75)	(86.305.043,32)
Outros atendimentos ambulatoriais	(45.441.328,21)	(41.338.862,48)	(29.913.716,49)	(26.605.285,91)	(1.458.592,90)	(2.311.462,80)	(76.813.637,60)	(70.255.611,19)
Exames	(39.312.284,32)	(37.301.201,20)	(64.124.165,35)	(36.774.935,93)	(4.210.361,59)	(2.563.026,08)	(107.646.811,26)	(76.639.163,21)
Terapias	(27.130.776,32)	(18.426.018,14)	(32.047.251,63)	(17.019.739,02)	(4.153.377,74)	(1.929.965,79)	(63.331.405,68)	(37.375.722,95)
Internações	(143.777.348,70)	(87.694.142,93)	(207.956.538,94)	(109.030.197,47)	(16.041.178,13)	(7.096.476,84)	(367.775.065,77)	(203.820.817,24)
Demais despesas médico-hospitalares	(6.915.128,17)	(4.999.475,34)	(10.307.577,24)	(4.749.968,19)	(539.668,23)	(353.345,88)	(17.762.373,64)	(10.102.789,41)
LUCRO BRUTO	180.855.054,23	236.438.130,70	77.328.423,55	122.014.837,21	7.472.561,26	8.814.632,25	265.656.039,04	367.267.600,16
Despesas de comercialização	(12.065.558,90)	(7.482.088,40)	(16.240.858,42)	(9.542.667,11)	(1.156.790,95)	(323.852,65)	(29.463.208,26)	(17.348.608,16)
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	168.789.495,33	228.956.042,30	61.087.565,13	112.472.170,10	6.315.770,31	8.490.779,60	236.192.830,78	349.918.992,00

(*) Exclui provisão de eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA) e reservas técnicas de sinistros.

27. Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Outras despesas de operações de assistência médico-hospitalar	(14.950.343,34)	(49.831.271,38)
Despesas com Aquisição de Carteiras	(3.878.597,29)	(1.945.017,26)
Total	(18.828.940,63)	(51.776.288,64)

28. Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Outros custos de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora Glosa	(41.471.665,35)	(1.159.577,43)
Despesa com pessoal	(5.032.638,58)	(1.648.311,51)
Materiais diversos	-	(1.724.669,74)
	<u>(46.504.303,93)</u>	<u>(4.532.558,68)</u>

29. Despesas de comercialização

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Apropriação despesa de agenciamento diferido	(4.496.748,84)	(2.809.487,23)
Comissões	(24.966.459,42)	(14.539.120,93)
	<u>(29.463.208,26)</u>	<u>(17.348.608,16)</u>

30. Despesas administrativas

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Pessoal	(37.856.091,43)	(41.644.451,47)
Serviços de terceiros	(22.831.623,48)	(22.958.830,63)
Localização e funcionamento	(11.892.763,43)	(5.813.482,58)
Tributos	(98.608,64)	-
Publicidade e propaganda	(160.068,55)	(1.394.630,11)
Provisão (reversão) para contingências	(417.361,13)	1.778.421,10
Contingências Indenizatória ¹	-	181.430,26
Depreciação e amortização	(5.811.971,03)	(5.988.960,43)
Taxas, emolumentos, multas e juros	(247.109,56)	(715.168,39)
Outras	(2.017.294,05)	(5.306.672,24)
	<u>(81.332.891,30)</u>	<u>(81.862.344,49)</u>

31. Resultado financeiro líquido

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Receitas com aplicações financeiras ¹	5.698.124,60	2.601.315,27
Juros recebidos	4.583.939,97	4.045.347,48
Variação monetária ativa	1.630.544,82	506.997,57
Descontos obtidos	775.602,05	638.463,61
Outras receitas	79.936,02	228.755,19
	12.768.147,46	8.020.879,12
Variação monetária passiva	(7.546.523,20)	(424.638,27)
Multas e juros	(499.905,96)	(509.906,67)
Tarifas bancárias	(3.532.076,67)	(971.620,42)
Descontos concedidos	(7.446.012,60)	(2.755.174,07)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(176.582,92)	(201.896,46)
Ajuste a valor presente	(805.250,91)	(152.113,47)
Outras despesas	-	(1.858,41)
	(20.006.352,26)	(5.017.207,77)
Resultado financeiro líquido	(7.238.204,80)	3.003.671,35

32. Partes relacionadas

Os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas decorrentes de transações que a Operadora tem com partes relacionadas de empresas do grupo Notre Dame Intermédica é como segue:

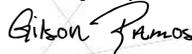
	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de		31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Hospital do Coração Balneário Camboriú Ltda.	1.640,70	43.298,90	1.161.642,55	1.208.445,98	498.405,17	200.277,91	13.677.165,79	3.333.731,24
Hospital e Maternidade Santa Brígida S.A.	16.615,87	0,00	1.751.526,05	668.363,42	696.944,31	0,00	18.064.786,96	1.518.746,39
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	25.233,81	0,00	4.199.936,41	224.554,98	19.265.840,07	3.310.081,30	31.682.597,07	764.548,33
Centro de Diagnóstico Bom Jesus Ltda.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.420,51	0,00	183.992,51
Ônix Centro Médico Ltda.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	270.941,11	0,00	20.695.135,19
Hospital Ônix Mateus Leme Ltda.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	520.740,15	0,00	26.307.917,39
Odontopam Assistência Médica Odontológica Ltda.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	771.304,84	0,00	27.952.597,90
São Lucas Saúde S.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	383,01	0,00	383,46	0,00
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	42.666,46	0,00	22.064,66	0,00
Hospital Notre Dame Intermédica BH Ltda.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.789,45	0,00
Clínica São Lucas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	457,54
Hospital Coração de Londrina Ltda.	23.508,61	0,00	267.974,63	0,00	92.016,66	0,00	2.503.029,85	0,00
Hospital e Maternidade Maringá S.A.	0,00	0,00	2.739,70	0,00	0,00	0,00	19.200,71	0,00
Hospital São Bernardo S.A.	0,00	0,00	416,78	0,00	0,00	0,00	575,78	0,00
Gralha Azul Administração e Participação Ltda.	0,00	0,00	0,00	0,00	1.472.275,68	0,00	8.854.163,04	8.118.025,20
Venda serviços relacionados e não relacionados com planos de assistência a saúde	66.998,99	43.298,90	7.384.236,12	2.101.364,38	22.068.531,36	5.082.765,82	74.825.756,77	88.875.151,69

33. Conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais

Em conformidade com o CPC 03 (R2) Demonstrações dos fluxos de caixa do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, segue a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais:

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Lucro do exercício	42.967.134,96	111.078.508,28
Depreciações e amortizações	5.811.971,03	5.988.960,43
Receitas com aplicações financeiras	(5.698.124,60)	(2.601.315,27)
Ganho e perda na alienação de bens	380.164,85	-
Resultado de equivalência patrimonial	8.963.660,81	(68.980.961,37)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	5.097.412,81	2.667.834,30
Amortização despesas de comercializações diferidas	29.463.208,26	14.539.120,93
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferidos	17.707.894,98	57.595.333,80
Equivalência patrimonial	122.709.309,31	(12.378.014,19)
Variação provisões técnicas	31.179.443,58	12.361.334,52
Provisões para ações judiciais	18.976.151,39	11.830.463,74
Juros sobre empréstimos e financiamentos	176.582,92	201.896,46
Redução dos ativos	355.150.458,40	46.516.069,72
Aumento dos passivos	54.733.625,34	10.919.848,58
Caixa gerado nas atividades operacionais	76.193.235,79	189.739.079,93

DocuSigned by:



E3FD8988A70245A...

Gilson da Silva Ramos – Diretor

DocuSigned by:



B67FBC6B563B4A8...

Willian Ykeuti – Contador
CRC: 1SP196.148/O-6